



CÂMARA MUNICIPAL DE MORA

**Acta n.º 21**

**ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRA**

**REALIZADA NO DIA DOIS DE OUTUBRO**

**DE DOIS MIL E DEZANOVE.** -----

----- Aos **dois dias do mês de Outubro do ano de dois mil e dezanove**, na Sala de Sessões da **Câmara Municipal de Mora**, reuniu a **Câmara Municipal** sob a Presidência do **Senhor Presidente, Luis Simão Duarte de Matos**, encontrando-se presentes os **Senhores Vereadores, Paula Cristina Calado Chuço, Mafalda Isabel Carreiras Goulão Lopes e Bruno Alexandre Croca Brites** -----

A **Câmara Municipal** deliberou por unanimidade justificar a falta do **Senhor Vereador Marco Filipe Barreiros Pires** por motivos da vida particular. -----

----- **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:** Pela **Senhora Vereadora Paula Cristina Calado Chuço** foram colocados os seguintes pontos: -----

**1** - De encontro às ideias de muitos comerciantes/participantes, sugeria que na próxima Expomora, os eventos / espetáculos de menor dimensão pudessem decorrer no próprio recinto da feira, de forma a dinamizar mais o espaço durante o período da tarde e para maior rentabilidade dos comerciantes presentes no evento. -----

**2** - Sendo a Conservatória um Serviço Público ultimamente muito solicitada por pessoas vindas de vários locais fora do nosso Concelho, para facilitar o seu acesso, solicito a colocação de placas que sinalizem o respetivo local. -----

----- Eram **dez horas**, o **Senhor Presidente, Luis Simão Duarte de Matos**, declarou aberta a reunião após o que foi lida, aprovada e assinada a acta da reunião anterior que havia sido aprovada em minuta.-----

----- Seguidamente o **Senhor Presidente**, propôs a **Ordem de Trabalhos** ane-

xa, a qual foi aprovada por unanimidade.-----

Deu-se então início à discussão da **Ordem de Trabalhos**. -----

----- **Ponto um: EXPEDIENTE DA DIVISÃO DE OBRAS E URBANISMO:** ----

----- **Ponto um - um: AMPLIAÇÃO DE EDIFÍCIO DE HABITAÇÃO - LEGALI-**

**ZAÇÃO:** Presente o seguinte projeto de arquitetura, legalização, em nome de:---

- **Pedro Manuel Pedras e Esmeraldina Rosa Chaleiras**, para legalização de edifício de habitação sito no Monte da Boavista, em Malarranha, processo nº. 93/1987. -----

A **Câmara Municipal** deliberou por unanimidade aprovar o projeto de arquitetura de harmonia com o parecer da **Divisão de Obras e Urbanismo** devendo o requerente cumprir com o constante no referido parecer. -----

Mais deliberou por unanimidade conceder o prazo de 6 meses, para apresentação dos projetos de especialidades em conformidade com o n.º 4 do artigo 20º do Regime Jurídico da Edificação e Urbanização. -----

Por se tratar de processo de legalização foi ainda deliberado por unanimidade remeter o processo a apoio jurídico para verificação do enquadramento em termos de processo de contra ordenação. -----

----- **Ponto um - dois: LICENÇA ESPECIAL PARA OBRAS INACABADAS:**

Pela **Senhora Vereadora Paula Cristina Caldo Chuço**, foi presente uma declaração elaborada nos termos definidos nos artigos 69 e 70 do Decreto-Lei 4/2015 de 7 de Janeiro - C.P.A., na sua última redação, em como se considera impedida para quaisquer intervenções enquanto Vereadora da Câmara, para intervir no presente assunto por ser parte interessada, pelo que de seguida abandonou a reunião.-----

Presente informação da **Divisão de Obras e Urbanismo** informando que o pre-

sente pedido em nome de **Antónia Maria Mendes Martins**, para alteração e ampliação de moradia sita na Rua do Caminho de Ferro nº. 36, em Mora refere-se a uma Licença Especial para Obras Inacabadas pelo prazo de 3 meses, ao abrigo do artigo 88º do RJUE. -----

A obra em questão foi executada com base no projeto submetido em 2003 e aprovado na vigência do anterior PDM. A obra não foi no entanto concluída dentro do prazo estabelecido e encontra-se por terminar. -----

De referir que em 2016, foi solicitada licença equivalente à que está agora a ser requerida, mas pelo prazo de 2 meses, tendo o pedido sido deferido com base no parecer técnico, anexo ao presente processo.-----

Não tendo ocorrido qualquer alteração ao enquadramento da pretensão, e atendendo ao estado avançado da obra, conforme descrição e elementos fotográficos anexados ao processo, entende-se que poderá ser tomada decisão equivalente à de 2016. Em caso de deferimento, deverão ser entregues os elementos necessários à emissão do alvará, no prazo de 1 ano a contar da data da deliberação. -----

A **Câmara Municipal** tomou conhecimento e deliberou por unanimidade conceder a solicitada licença especial para conclusão de obras inacabadas, pelo prazo de 3 meses, para a referida obra nos termos do número 1 do artigo 88º do DL 555/99 de 16/12, com as alterações introduzidas pela Lei 60/2007 de 04 de Setembro de harmonia com o parecer da **Divisão de Obras e Urbanismo**. -----

Mais foi deliberado por unanimidade conceder o prazo de 1 ano a contar da data da presente deliberação para entrega dos elementos necessários à emissão do alvará. -----

Ato contínuo a Senhora Vereadora regressou à reunião. -----

----- **Ponto um - três: EMISSÃO DE CERTIDÕES:** Presentes os seguintes pedidos de emissão de certidões em nome de: -----

- **João Joaquim Dedeiras**, a solicitar a emissão de uma certidão comprovativa de que não era exigível a licença de utilização à data de construção do prédio inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 565 da freguesia de Brotas, descrito na Conservatória do Registo Predial de Mora sob o n.º 225 da mesma freguesia, com a área de implantação e de construção de 16,00 m2. -----

A **Câmara Municipal** deliberou por unanimidade emitir parecer favorável, deferindo o pedido, de harmonia com o parecer da **Divisão de Obras e Urbanismo**.

- **António José de Campos Pinto** a solicitar a emissão de uma certidão comprovativa de que não era exigível a licença de utilização à data de construção do prédio inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 102 da freguesia de Cabeção, descrito na Conservatória do Registo Predial de Mora sob o n.º 924 da mesma freguesia, com a área coberta de 30,00 m2, de acordo com o referido na Certidão emitida pela Conservatória do Registo Predial. Solicita ainda que se comprove que o edifício se situa na Rua da Fonte Velha, n.º 30. -----

A **Câmara Municipal** deliberou por unanimidade emitir parecer favorável, deferindo o pedido, de harmonia com o parecer da **Divisão de Obras e Urbanismo**.

Mais deliberou por unanimidade certificar que o referido imóvel se situa na Rua da Fonte Velha, n.º 30, de harmonia com atestado emitido pela Junta de Freguesia de Cabeção. -----

- **Sílvia Manuel Martins Pintor** a solicitar a emissão de uma certidão comprovativa de que não era exigível a licença de utilização à data de construção do prédio inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 2990 da freguesia de Mora e descrito na Conservatória do Registo Predial de Mora sob o n.º 1560 da mes-

ma freguesia, com a área de implantação e de construção de 113,75 m2, localizado na Rua dos Foros de Mora, n.º 32. -----

A **Câmara Municipal** deliberou por unanimidade emitir parecer favorável, deferindo o pedido, de harmonia com o parecer da **Divisão de Obras e Urbanismo**.

- **Sílvio Manuel Martins Pintor** a solicitar a emissão de uma certidão comprovativa de que não era exigível a licença de utilização à data de construção do prédio inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 2989 da freguesia de Mora e descrito na Conservatória do Registo Predial de Mora sob o n.º 1560 da mesma freguesia, com a área de implantação e de construção de 58,15 m2, localizado na Rua dos Foros de Mora, n.º 32-A. -----

A **Câmara Municipal** deliberou por unanimidade emitir parecer favorável, deferindo o pedido, de harmonia com o parecer da **Divisão de Obras e Urbanismo**.

- **Maria Aurora Domingues da Silva de Vasconcelos**, por intermédio de Rita Engrácia, advogada, solicitando emissão de parecer favorável ao negócio de propriedade que se pretende concretizar relativamente ao prédio denominado “Guarda das Freiras”, descrito na Conservatória do Registo Predial de Mora sob o n.º 674 da Freguesia de Pavia, inscrito na matriz sob o artigo 32, Secção I da mesma freguesia, com a área total de 1 ha. O pedido é enquadrado pelo art.º 54.º da Lei 91/95 de 2 de setembro com a redação em vigor. -----

O negócio que se pretende efetuar é uma escritura de partilha por óbito, sendo alterado o proprietário, que passará a ser o Sr. **Ricardo Afonso da Silva Meneses de Vasconcelos**, casado em regime de comunhão geral com **Nuno Miguel Alegria Morgado** e acrescentando como usufrutuário vitalício a requerente acima identificada.-----

Com base nos pareceres da **Divisão de Obras e Urbanismo** e **Jurídico** a

**Câmara Municipal** deliberou por unanimidade não ver qualquer inconveniente na constituição da referida propriedade, desde que do registo não resulte qualquer parcelamento físico da propriedade em violação do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação. -----

- **Maria Aurora Domingues da Silva de Vasconcelos**, por intermédio de **Rita Engrácia**, advogada, solicitando emissão de parecer favorável ao negócio de propriedade que se pretende concretizar relativamente ao prédio denominado “**Monte do Tomé**”, descrito na Conservatória do Registo Predial de Mora sob o n.º 569 da Freguesia de Pavia, inscrito na matriz parte rústica sob o **artigo 31, Secção I** da mesma freguesia e parte urbana sob o **artigo 1287**, com a área total de 9750 m2. O pedido é enquadrado pelo art.º 54.º da Lei 91/95 de 2 de setembro com a redação em vigor. -----

O negócio que se pretende efetuar é uma escritura de partilha por óbito, sendo alterado o proprietário, que passará a ser o Sr. **Ricardo Afonso da Silva Meneses de Vasconcelos**, casado em regime de comunhão geral com **Nuno Miguel Alegria Morgado** e acrescentando como usufrutuário vitalício a requerente acima identificada. -----

Com base nos pareceres da **Divisão de Obras e Urbanismo** e **Jurídico** a **Câmara Municipal** deliberou por unanimidade não ver qualquer inconveniente na constituição da referida propriedade, desde que do registo não resulte qualquer parcelamento físico da propriedade em violação do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação. -----

----- **Ponto um - quatro: PROCEDIMENTO POR CONSULTA PRÉVIA "PINTURA DE EDIFÍCIOS MUNICIPAIS - FASE 7" - APROVAÇÃO DO AUTO DE MEDIÇÃO Nº. 1 (CPR 16-2019):** Presente informação da **Divisão de Obras e**

**Urbanismo** informando que dando cumprimento ao artigo 19.º do documento **“Norma de Controlo Interno”** da Câmara Municipal de Mora, somos a submeter à aprovação, por parte do órgão competente para a decisão de contratar, o documento **“Auto de Medição n.º 01”** referente aos trabalhos contratuais da **Empreitada com a designação de "Pintura de edifícios municipais - Fase 7"** e a referência de **"CPr 16-2019"**. -----

A **Câmara Municipal** deliberou por unanimidade aprovar o **Auto de Medição n.º 01 (CPr 16-2019)**, referente à **Empreitada com a designação de "Pintura de Edifícios Municipais - Fase 7"** e a referência de (CPr 16-2019). -----

----- **Ponto um - cinco: PROCEDIMENTO POR CONSULTA PRÉVIA "PINTURA DE EDIFÍCIOS MUNICIPAIS - FASE 7" - APROVAÇÃO DO CÁLCULO**

**PROVISÓRIO DA REVISÃO DE PREÇOS (CPR 16-2019)**: Presente informação da **Divisão de Obras e Urbanismo** informando que no seguimento da tramitação do procedimento para a execução da **Empreitada com a designação de "Melhoria da eficiência energética das Piscinas Municipais - Iluminação"** e a referência de "CPr 06-2019", e ao abrigo do artigo 300.º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação (doravante CCP), procedeu-se ao cálculo provisório da revisão de preços referente aos trabalhos da empreitada em epígrafe, tendo sido apurado o montante de 0,00€ (s/ IVA). -----

Em anexo, apresenta-se o respetivo cálculo da revisão de preços. -----

Face ao exposto somos a solicitar a aprovação do documento **"Cálculo provisório da Revisão de Preços"** que se encontra em anexo ao presente processo. -----

A **Câmara Municipal** tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar o **“Cálculo Provisório da Revisão de Preços”** referente à **empreitada "Pin-**

tura de Edifícios Municipais - Fase 7" e a referência de "(CPr 16-2019)".-----

----- **Ponto um - seis: PROCEDIMENTO POR CONSULTA PRÉVIA "PINTURA DE EDIFÍCIOS MUNICIPAIS - FASE 7" - APROVAÇÃO DA CONTA FINAL**

**(CPR 16-2019):** Presente informação da **Divisão de Obras e Urbanismo** informando que no seguimento da tramitação do procedimento para a **execução da Empreitada com a designação de "Pintura de Edifícios Municipais - Fase 7"** e a referência de (CPr 16-2019), e ao abrigo do artigo 399.º e seguintes do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação atual (doravante CCP), procedeu-se à elaboração da conta final da empreitada.-----

Face ao exposto somos a solicitar a aprovação do documento "**Conta Final**" que se encontra em anexo à presente informação. -----

A **Câmara Municipal** deliberou por unanimidade aprovar o documento "**Conta Final**" referente à **empreitada de "Pintura de Edifícios Municipais - Fase 7"**.

----- **Ponto dois: EXPEDIENTE DA UNIDADE DE AÇÃO SÓCIO CULTURAL:**

----- **Ponto dois - um: FUTSAL CLUBE DE MORA - F.C.M - ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO:**

Presente informação da **Unidade de Acção Sócio Cultural** informando que ao abrigo do disposto nas alíneas o) e u) do nº 1 do Art. 33º da Lei 75/2013 de 12 de setembro, conjugado com art. 9º do Regulamento de Atribuição de Apoios pelo Município de Mora é presente a seguinte proposta que respeita os requisitos exigidos pelo regulamento supra referido, nomeadamente os previstos nos Artigos 5, 12, 14 e 15. -----

Face ao pedido de apoio solicitado pelo **Futsal Clube de Mora**, propõe-se a atribuição de um subsídio no valor de **1.500,00€** ao **Futsal Clube de Mora - F.C.M.**, para apoio ao seu **Plano de Actividades 2019/2020**.-----

A **Câmara Municipal** manifestou o seu acordo com a proposta apresentada e



deliberou por unanimidade atribuir um subsídio no valor de **1.500€, mil e quinhentos euros** à equipa de **Futsal Clube de Mora - F.C.M.**, para apoio ao seu Plano de Actividades 2019/2020, ao abrigo do disposto nas alíneas o) e u) do nº. 1 do artigo 33 da Lei 75/2013, de 12 de Setembro, conjugado com o artigo 9º. do Regulamento de Atribuição de Apoios pelo Município de Mora, em vigor.

----- **Ponto dois - dois: SPORT CLUBE BROTENSE - EQUIPA FUTEBOL 11**

**- PROPOSTA ATRIBUIÇÃO SUBSÍDIO:** Presente informação da Unidade de Ação Sócio Cultural informando que ao abrigo do disposto nas alíneas o) e u) do nº 1 do Art. 33º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro, conjugado com art. 9º do Regulamento de Atribuição de Apoios pelo Município de Mora é presente a seguinte proposta que respeita os requisitos exigidos pelo regulamento supra referido, nomeadamente os previstos nos Artigos 5, 12, 14 e 15.-----

Face ao pedido do **Sport Clube Brotense**, vimos propor a atribuição de um subsídio no valor de **5.000,00€, cinco mil euros**, destinado a apoiar a época desportiva 2019/2019 da **equipa masculina de Futebol 11**. -----

A **Câmara Municipal** tomou conhecimento analisou a proposta e deliberou por unanimidade manifestar o seu acordo com a proposta apresentada atribuindo ao **Sport Clube Brotense** um subsídio no valor de **5.000,00€, cinco mil euros**, destinado a apoiar a época desportiva 2019/2019 da equipa masculina de Futebol 11, o abrigo do disposto nas alíneas o) e u) do nº. 1 do artigo 33 da Lei 75/2013, de 12 de Setembro, conjugado com o artigo 9º. do Regulamento de Atribuição de Apoios pelo Município de Mora, em vigor. -----

----- **Ponto três: EXPEDIENTE DA DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA:** -----

----- **Ponto três - um: RESUMO DIÁRIO DE TESOURARIA:** Foi presente o

**Resumo Diário de Tesouraria** com data de ontem, o qual acusa o saldo em Dotações Orçamentais no valor de **2.171.219,73 €**, **dois milhões cento e setenta e um mil duzentos e dezanove euros e setenta e três cêntimos** e Dotações não Orçamentais no valor **76.403,45 €**, **setenta e seis mil quatrocentos e três euros e quarenta e cinco cêntimos**. -----

A **Câmara Municipal** tomou conhecimento. -----

----- **Ponto três - dois: MAPA DE PAGAMENTOS AUTORIZADOS:** Presente mapa de pagamentos autorizados nos termos da alínea g) do artigo trinta e cinco da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de Setembro, no valor de **10.593,84€**, **dez mil quinhentos e noventa e três euros e oitenta e quatro cêntimos**. -----

A **Câmara Municipal** tomou conhecimento. -----

----- **Ponto três - três: MAPA DE FATURAS:** Presente informação da **Divisão Administrativa e Financeira** enviando para deliberação o **Mapa de Faturas**. ---  
A **Câmara Municipal** deliberou por unanimidade **autorizar** o pagamento das faturas constantes no mapa de pagamentos anexo à presente informação no valor de **65.602,77€**, **sessenta e cinco mil seiscentos e dois euros e setenta e sete euros**. -----

----- **Ponto três - quatro: PASSEIO CONVÍVIO DE VIATURAS 4X4 DE REGUENGOS DE MONSARAZ A MAFRA DE 2 A 3 DE NOVEMBRO DE 2019:**

Presente informação da **Divisão Administrativa e Financeira** enviando para conhecimento e deliberação, mail de **Carlos Silva da Associação Amigos Pró - Lama**, solicitando parecer para um passeio convívio de viaturas 4x4, denominado **"Convívio de Reguengos de Monsaraz a Mafra - Passeio TT2"**, organizado pela **Associação Amigos Pró - Lama** e que a passagem pelo Município

terá lugar dia 2 de novembro do corrente ano. -----

A **Câmara Municipal** tomou conhecimento e deliberou por unanimidade não ver inconveniente à passagem da referida prova pelo Concelho de Mora, nos termos da alínea d) do número dois e do número cinco da Portaria número mil e cem barra noventa e cinco, de sete de Setembro. -----

----- **Ponto três - cinco: RELATÓRIO SEMESTRAL DA SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA DO MUNICÍPIO DE MORA:** Presente informação da **Divisão Administrativa e Financeira** enviando para apreciação em reunião ordinária, junto se envia o Relatório emitido pelo Revisor Oficial de Contas, em cumprimento com o estipulado pela alínea d), do n.º 2, do artigo 77º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, referente à situação económica e financeira do Município de Mora, no 1º semestre de 2019. -----

Mais se solicita o envio do mesmo para apreciação da **Assembleia Municipal**. -  
A **Câmara Municipal** apreciou o **Relatório emitido pelo Revisor Oficial de Contas**, em cumprimento com o estipulado pela alínea d), do n.º 2, do artigo 77º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro e deliberou por unanimidade enviar o mesmo à **Assembleia Municipal** para apreciação. -----

----- **Ponto quatro: EXPEDIENTE DA UNIDADE DE SERVIÇOS URBANOS E AMBIENTE:** -----

----- **Ponto cinco: EXPEDIENTE DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL:** -----

----- **Ponto cinco - um: DESPACHOS DO SENHOR PRESIDENTE:** Presentes os seguintes despachos para conhecimento e ratificação, do **Senhor Presidente:** -----

- **Despacho de designação dos tutores de estágio, no âmbito do PEPAL - Programa de Estágios.**-----

Considerando a deliberação em reunião de Câmara, do dia 26 de junho de 2019, onde foram aprovadas as pré-candidaturas à 6ª edição - segunda fase do PEPAL (Programa de Estágios) dos seguintes estágios:-----

- Nível 6 - Gestão de Recursos Humanos; -----

- Nível 6 - Turismo; -----

- Nível 6 - Ambiente; -----

- Nível 6 - Biologia Marinha; -----

- Nível 4 - Animação Sócio-cultural;-----

Considerando o Anexo do Despacho n.º 8035/2019, de 11 de setembro de 2019, publicado no Diário da República, 2ª série, onde refere a aprovação de todos os estágios a que o município se propôs; -----

Considerando o previsto nas Grandes Opções do Plano 2019-2022, na rubrica 2015-A-15. -----

Eng.º Luís Simão Duarte de Matos, Presidente da Câmara Municipal de Mora, usando dos poderes que lhe confere a alínea a) do n.º. 2 do artigo 35 da Lei n.º. 75/2013, de 12 de Setembro, designa como orientadores de estágio: -----

Níveis atribuídos Área; -----

Nível 6 - Licenciatura - Gestão de Recursos Humanos - 1 lugar - Tutor de Estágio - Ângela Maria Alves Vinagre Catarino; -----

Nível 6 - Licenciatura - Turismo - 1 lugar - Tutor de Estágio - José Manuel Ribeiro Pinto; -----

Nível 6 - Licenciatura - Ambiente - 1 lugar - Tutor de Estágio - Luis Pedro Mendes Branco; -----

Nível 6 - Licenciatura - Biologia Marinha e Pescas - 1 lugar - Tutor de Estágio - Luisa Vacas de Carvalho Martins de Sousa Lobo;-----

Nível 4 - Curso Tecnológico de nível secundário - Animação Sócio-Cultural - 1  
lugar - Tutor de Estágio - Ana Luisa Salgueiro Canelas.-----

Mais determina que os designados tutores de estágio elaborem os respetivos  
Planos de Estágios e as demais tarefas a eles adstritos. -----

A **Câmara Municipal** tomou conhecimento. -----

- **Em que determina** adjudicar à Empresa Astel - Comércio de Equipamentos  
Industriais, Lda., NIF: 509393284, a "Aquisição de um Dumper com Pá Carre-  
gadora" pelo valor de 29.950,00€, (vinte nove mil novecentos e cinquenta  
euros), mais IVA (23%), por apresentar uma proposta vantajosa, com base nos  
critérios de adjudicação estabelecidos. -----

**Mais determinou** aprovar a minuta do contrato, do presente procedimento nos  
termos da proposta apresentada. -----

A **Câmara Municipal** tomou conhecimento. -----

- **Em que determina**, abrir procedimento tipo Consulta Prévia para "Prestação  
de Serviços para ministrar Aulas de Música na modalidade de Contrato de  
Avença", nos termos do Decreto-Lei número 18/2008, de 29 de Janeiro, na sua  
última redação, pelo prazo de 3 dias, em conformidade com o Convite e Cader-  
no de Encargos. -----

**Mais determinou** que sejam consultadas as seguintes empresas: -----  
Entidades convidadas, Maria Luísa Viegas Andrade Lains - NIF: 202457400;  
João Pedro de Moura Carita Polido - NIF: 202456986; Luís Fernando Varela  
Nunes dos Santos; NIF: 203827589. -----

Júri: Presidente: José Manuel Ribeiro Pinto; Vogal: António Luís Fernandes Car-  
los; Vogal: Luís Pedro Mendes Branco. -----

Suplentes: Andrea Cristina Lamarosa Fernandes, Maria Isabel Pereira Garcia.--

Determinou também aprovar o Convite e Caderno de Encargos, respetivos.-----

O valor base do procedimento é de 43.902,44€.-----

A **Câmara Municipal** tomou conhecimento. -----

- **Em que determinou**, adjudicar a Inês Margarida Caramujo Biléu, a "Prestação de serviços no âmbito do Plano Integrado Inovador de Combate ao Insucesso Escolar - Intervenção Técnica no âmbito da Animação Sociocultural e Desportiva", pelo valor de 45.349,04€, quarenta e cinco mil trezentos e quarenta e nove euros e quatro centimos, mais IVA (23%), por apresentar uma proposta vantajosa, com base nos critérios de adjudicação estabelecidos. -----

Mais determinou aprovar a minuta do contrato, do presente procedimento nos termos da proposta apresentada. -----

A **Câmara Municipal** tomou conhecimento. -----

- **Em que determinou** adjudicar à Empresa Pedro Miguel Moscatel Pisco NIF: -- 244395233, a "Prestação de serviços no âmbito do Plano Integrado Inovador de Combate ao Insucesso Escolar - Intervenção Técnica para a Mediação Escola-Família", pelo valor de 45.349,04€, quarenta e cinco mil trezentos e quarenta e nove euros e quatro centimos, mais IVA (23%), por apresentar uma proposta vantajosa, com base nos critérios de adjudicação estabelecidos. -----

Mais determinou aprovar a minuta do contrato, do presente procedimento nos termos da proposta apresentada. -----

A **Câmara Municipal** tomou conhecimento. -----

- **Em que determinou**, adjudicar a Maquinter - Máquinas e Ferramentas, Lda., NIPC: 501713239, a "Aquisição de um Cilindro Vibrador", pelo valor de 24.203,00€, vinte e quatro mil duzentos e três euros, mais IVA (23%), por apre-

sentar uma proposta vantajosa, com base nos critérios de adjudicação estabelecidos. -----

Mais determinou aprovar a minuta do contrato, do presente procedimento nos termos da proposta apresentada. -----

A **Câmara Municipal** tomou conhecimento. -----

**- Procedimento concursal para constituição de relação jurídica de emprego público em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, de um Assistente Operacional, no sector de transportes e parque de máquinas - Atividade 2.** -----

Despacho de Homologação.-----

Em cumprimento do disposto no n.º 2, do artigo 36º, da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, alterada e republicada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril, homologo a lista unitária de ordenação final bem como todas as deliberações tomadas pelo júri do presente procedimento concursal. -----

Nos termos do disposto no n.º 4, do artigo 36º, da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, alterada e republicada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril, os candidatos, incluindo os que tenham sido excluídos no decurso da aplicação dos métodos de seleção, deverão ser notificados do ato e homologação da lista unitária de ordenação final. -----

Nos termos do disposto no n.º 6, do artigo 36º, da referida Portaria a lista unitária de ordenação final, após homologação, é afixada em local visível e público das instalações da entidade empregadora pública, disponibilizada na sua página eletrónica - ([www.cm-mora.pt](http://www.cm-mora.pt)). Sendo ainda publicado um aviso na 2.ª série do Diário da República com informação sobre a sua publicitação. -----

Da homologação da lista unitária de ordenação final pode ser interposto recurso

hierárquico ou tutelar, nos termos do nº 3 do art.º 39 da referida Portaria.-----

Lista Unitária de Ordenação Final. -----

Ordenação final dos Candidatos, Nome, Classificação Final, -----

1 - António de Almeida Canelas - 19.580. -----

a) - Nº 13 do artigo 18º da Portaria 83-A/2009 de 22 de janeiro e republicada em 6 de abril de 2011. -----

A **Câmara Municipal** tomou conhecimento. -----

- **Despacho de abertura de procedimento de recrutamento e seleção de estagiários, do Município de Mora, no âmbito da 6ª edição - 2ª fase do Programa de Estágios Profissionais na Administração Local (PEPAL).** -----

Considerando a deliberação em reunião de Câmara, do dia 26 de junho de 2019, onde foram aprovadas as pré-candidaturas à 6ª edição - segunda fase do PEPAL (Programa de Estágios) dos seguintes estágios:-----

- Nível 6 - Gestão de Recursos Humanos; -----

- Nível 6 - Turismo; -----

- Nível 6 - Ambiente; -----

- Nível 6 - Biologia Marinha e Pescas; -----

- Nível 4 - Animação Sócio-cultural;-----

Considerando o Anexo do Despacho n.º 8035/2019, de 11 de setembro de 2019, publicado no Diário da República, 2ª série, onde refere a aprovação de todos os estágios a que o município se propôs; -----

Considerando o previsto nas Grandes Opções do Plano 2019-2022, na rubrica 2015-A-15.-----

No âmbito das competências previstas no artigo 27.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho,



Luis Simão Duarte de Matos, Presidente da Câmara Municipal de Mora, determina que se proceda à abertura do procedimento concursal de recrutamento e seleção de estagiários, do Município de Mora, no âmbito da 6ª edição - 2ª fase do Programa de Estágios Profissionais na Administração Local (PEPAL) conforme abaixo discriminados, devendo o presente despacho ser levado a ratificação da Câmara Municipal: -----

Nível 6 - Licenciatura - Gestão de Recursos Humanos – 1. -----

Nível 6 - Licenciatura - Turismo – 1. -----

Nível 6 - Licenciatura - Ambiente – 1.-----

Nível 6 - Licenciatura - Biologia Marinha e Pescas – 1. -----

Nível 4 - Curso Tecnológico de nível secundário - Animação Sócio-Cultural – 1.--

Designa ainda como júri do referido procedimento concursal, os seguintes elementos: -----

a) - Nível 6 - Gestão de Recursos Humanos: -----

Presidente: Joaquim Manuel Lopes Neto, Técnico Superior; -----

1ª Vogal Efetivo: José Manuel Ribeiro Pinto, Técnico Superior, que substituirá o Presidente nas suas faltas ou impedimentos;-----

2º Vogal Efetivo: Andrea Cristina Lamarosa Fernandes, Técnica Superior;-----

1º Vogal Suplente: Pedro Miguel Moscatel Pisco, Técnico Superior;-----

2º Vogal Suplente: Maria Isabel Pereira Garcia, Técnico Superior.-----

b) - Nível 6 - Turismo:-----

Presidente: Joaquim Manuel Lopes Neto, Técnico Superior;-----

1º Vogal Efetivo: Luis Pedro Mendes Branco, Técnico Superior, que substituirá o Presidente nas suas faltas ou impedimentos;-----

2º Vogal Efetivo: Andrea Cristina Lamarosa Fernandes, Técnico Superior;-----

1º Vogal Suplente: Pedro Miguel Moscatel Pisco, Técnico Superior;-----

2º Vogal Suplente: Maria Isabel Pereira Garcia, Técnico Superior.-----

c) - Nível 6 - Ambiente:-----

Presidente: Joaquim Manuel Lopes Neto, Técnico Superior;-----

1ª Vogal Efetivo: José Manuel Ribeiro Pinto, Técnico Superior, que substituirá o Presidente nas suas faltas ou impedimentos;-----

2º Vogal Efetivo: Andrea Cristina Lamarosa Fernandes, Técnica Superior;-----

1º Vogal Suplente: Pedro Miguel Moscatel Pisco, Técnico Superior;-----

2º Vogal Suplente: Maria Isabel Pereira Garcia, Técnico Superior.-----

d) - Nível 6 - Biologia Marinha e Pescas. -----

Presidente: Joaquim Manuel Lopes Neto, Técnico Superior;-----

1ª Vogal Efetivo: Ana Isabel Caramujo Ramos Marcelino Canas, Técnico Superior, que substituirá o Presidente nas suas faltas ou impedimentos; -----

2º Vogal Efetivo: Andrea Cristina Lamarosa Fernandes, Técnica Superior;-----

1º Vogal Suplente: Pedro Miguel Moscatel Pisco, Técnico Superior;-----

2º Vogal Suplente: Maria Isabel Pereira Garcia, Técnico Superior.-----

e) - Nível 4 - Animação sócio-cultural:-----

Presidente: Joaquim Manuel Lopes Neto, Técnico Superior;-----

1ª Vogal Efetivo: José Manuel Ribeiro Pinto, Técnico Superior, que substituirá o Presidente nas suas faltas ou impedimentos;-----

2º Vogal Efetivo: Andrea Cristina Lamarosa Fernandes, Técnica Superior;-----

1º Vogal Suplente: Pedro Miguel Moscatel Pisco, Técnico Superior;-----

2º Vogal Suplente: Maria Isabel Pereira Garcia, Técnico Superior.-----

A Câmara Municipal **ratificou** o despacho dado pelo **Senhor Presidente**.-----

----- **Ponto cinco - dois: FUNDOS COMUNITÁRIOS - ALENTEJO 2020 -**

**PROGRAMA OPERACIONAL REGIONAL DO ALENTEJO:** Presente informação dos **Fundos Comunitários** propondo a candidatura deste Município aos seguintes estágios ao **Programa Operacional Regional do Alentejo - Eixo Prioritário 5 - Emprego e Valorização Económica de Recursos Endógenos -**

**Aviso - ALT20-18-2019-54.** -----

- Nível 6 - Gestão de Recursos Humanos;-----
- Nível 6 - Turismo;-----
- Nível 6 - Ambiente;-----
- Nível 6 - Biologia Marinha; -----
- Nível 4 - Animação Sócio-Cultural.-----

A **Câmara Municipal** deliberou por unanimidade proceder à **Candidatura dos referidos Estágios ao Programa Operacional Regional do Alentejo - Eixo**

**Prioritário 5 - Emprego e Valorização Económica de Recursos Endógenos -**

**Aviso - ALT20-18-2019-54.** -----

----- **Ponto cinco - três: CEDÊNCIA DE TRANSPORTE:** Presente informação do Senhor Vereador do Pelouro dos Transportes, **Marco Filipe Barreiros Pires**, informando que dando cumprimento ao estipulado no Regulamento de Cedência de Veículos de Passageiros do Município de Mora, propõe ao Executivo Municipal a aprovação da cedência de transporte às seguintes associações:-----

- Grupo de Cantares de Cabeção para transporte dos elementos do grupo para uma actuação a Alhos Vedros, no próximo dia 17 de Novembro; -----
- Associação de Reformados de Pavia, para uma deslocação a Alvados, no próximo dia 20 de Outubro; -----
- Grupo de Cantares “As Cachopas”, para uma actuação em Brotas (12 de Outubro) e no Montijo (2 de Novembro);-----

- Paróquia Nossa Senhora da Graça de Mora, para apoio na deslocação a Fátima, no próximo dia 20 de Outubro;-----
- Agrupamento de Escolas de Mora, para uma visita de estudo a Mafra, no dia 15 de Maio de 2020;-----
- Associação de Veteranos Amigos Morense para apoio nas deslocações previstas no seu calendário 2019-2020;-----
- Sociedades Columbófilas Cabeçanese e Morense, para apoio no transporte de concursos de fundo e treinos. -----

A **Câmara Municipal** deliberou por unanimidade aprovar a cedência de transporte às Instituições acima referidas. -----

----- **Ponto seis: INTERVENÇÃO DO PÚBLICO:** Não houve público presente.-

----- **Ponto sete: APROVAÇÃO DA MINUTA DA ATA DA PRESENTE REUNIÃO:** Aprovada por unanimidade. -----

----- **ENCERRAMENTO:** E não havendo mais nada a tratar, o **Senhor Presidente** declarou encerrada a reunião, eram onze horas e quinze minutos, de tudo para constar se lavrou a presente acta. -----

E eu, Assistente Técnica exercendo  
funções na **Divisão Administrativa/Financeira**, para o efeito designada por deliberação tomada em reunião ordinária da **Câmara Municipal de Mora**, realizada no dia seis de Novembro de dois mil e treze, a lavrei, subscrevo e assino.-